

Polícia expulsa ocupantes de terras no bairro Joana D'Arc

As quase duas mil pessoas que invadiram há um mês, uma área de 796 mil metros quadrados no bairro Joana D'arc, em Vitória, foram expulsas ontem dos lotes que ocupavam. O trabalho, realizado pelo oficial de justiça Luiz Bernardino Filho, contou com a participação de homens das polícias civil e militar. Ao fim da operação, muitos invasores fizeram reclamações contra as ameaças de prisão feitas pelos policiais e protestaram contra a ação da justiça.

A expulsão dos invasores foi feita mediante a apresentação de um mandado de manutenção de posse das terras, assinado pelo juiz da Segunda Vara Cível, José Oliveira Rosa, em favor dos herdeiros da área, Cleto da Costa Firme, Marilena Silva Firme e Antonio Dias da Costa. Ontem, os homens que dirigiam a operação informavam que o trabalho ia ser feito sem agressões ou prisões, mas alertavam que se os invasores insistissem em reocupar os lotes, hoje poderia haver violência.

INVASORES E HERDEIROS

Os invasores, por sua vez, disseram que não vão aceitar a decisão judicial, porque não acreditam em documentos em cópia xerox e também porque não têm certeza de que as pessoas que apareceram afirmando ser os proprietários das terras estão dizendo a verdade. "São muitas as pessoas que aparecem por aqui dizendo que vão recorrer à justiça pedindo a nossa expulsão", declarou João Batista, um dos invasores. "Por dia aparecem até três proprietários de uma só vez".

Eles reclamaram também da forma agressiva com que foram expulsos da área pelos homens da Polícia Civil, que estavam atuando sob o comando do delegado Josino Bragança, da delegacia de Defraudações e Falsificações. Durante a realização da operação todos os barracos foram derrubados, e os instrumentos utilizados por eles, como machados, foices e facões, foram apreendidos. A todo o instante os policiais, armados, ameaçavam aos gritos os invasores de prisão.

Mas a queixa maior dos ocupantes



Os invasores garantem que não aceitam a decisão

dos terrenos é contra os advogados conhecidos como dr. Enock e dra. Consuelo, que compareceram anteontem ao local, recolheram dinheiro de todos eles — sob promessa de que não seriam expulsos da área e que se a polícia aparecesse por lá, bastava que um deles telefonasse para o escritório dos dois, que imediatamente eles compareceriam ao local para defendê-los. Ontem, porém, durante a expulsão, e apesar de várias tentativas de telefonemas, os advogados não deram sinal de vida, e as quase duas mil pessoas que contribuíram com até Cr\$ 5 mil cada ficaram sozinhas. "Eu contribuí com Cr\$ 450,00" — disse Maria Luiza Souza. "Isso para mim é uma fortuna, esse dinheiro vai me fazer muita falta, esses mentirosos têm de ser presos", gritava ela, em meio à expulsão, indignada com o dinheiro perdido e a fraude cometida pelos advogados.

Mas, apesar dos protestos contra as atitudes agressivas dos policiais e das

ameaças de voltarem a invadir a área tão logo a polícia se retire do terreno, os invasores, ontem, obedeceram às determinações da justiça e em pouco mais de uma hora toda a área já estava deserta, com a maioria dos barracos derrubados. E com relação a uma reocupação do local o oficial de justiça Luiz Bernardino da Silva informou que vai ser impossível, já que um destacamento policial vai ficar permanentemente no local, garantindo a posse dos herdeiros.

E um dos que se dizem herdeiros, Antonio Dias da Costa, informou que a partir de agora a invasão vai se tornar mais difícil porque a justiça deu sentença de posse definitiva aos proprietários do terreno, que pertencia a Francisco da Costa Firme, morto há 5 anos. A decisão da justiça foi baseada na ocupação da terra por mais de 50 anos seguidos, apesar de não existir documentação que garanta a posse da área. Este processo durou dois anos e a sentença foi divulgada anteontem.

Advogado quer anular decisão

Com o objetivo de provar a ilegalidade e conseguir a nulidade da decisão do juiz Augusto Kohls Filho, que mandou despejar e demolir os barracos dos invasores do bairro Andorinhas, o advogado Vasco Alves de Oliveira entrou ontem na justiça com um mandado de segurança contra a determinação do juiz da primeira Vara Cível de Vitória.

Várias são as razões apresentadas pelo advogado para pedir a anulação do ato do juiz, entre elas a alegação de que os posseiros ocupavam há muitos anos uma área constituída de mangues da Marinha e não de propriedade da Fundação Ateneu Cachoeirense, como afirma o documento. "Se os barracos estavam construídos sobre as águas da maré são de domínio da União", diz o documento.

NADA DEFINITIVO

O advogado condena ainda a forma absurda e arbitrária com que foi efetuada

o despejo dos invasores e diz que "várias famílias foram vítimas de cegas violências e agressões sem precedentes". E ressalta ainda que a Fundação possui apenas uma escritura condicional outorgada pelo Estado do Espírito Santo. E nela estava especificado que o documento não seria definitivo, enquanto o suposto proprietário não construisse no local um internato para menores, um hospital, um pensionato para acadêmicos e um seminário, dentro do prazo de seis anos, determinações não cumpridas, ficando portanto a escritura invalidada.

Diante das provas apresentadas, Vasco Alves de Oliveira pede que seja garantida a posse dos invasores sobre a área, até que o processo judicial tenha fim.

REIVINDICAÇÃO

Cerca de 1.500 famílias de baixa renda, localizadas nos bairros de Novo Horizonte, Vista Dourada, Vale dos Reis e Novo Brasil, no município de Cariacica, estão reivindicando do governador Eurico

Rezende a inclusão daquela área no plano de extensão rural e urbana de energia elétrica, já em execução. As comunidades enviaram ofício neste sentido ao Palácio Anchieta, em maio último, e ainda não tiveram nenhuma resposta.

As comunidades estão fixadas à margem esquerda do rio Formate e, segundo o presidente da Associação dos moradores daquela área, Edmar Pereira, os bairros já existem há mais de cinco anos. Enquanto isto, disse que o problema de energia elétrica sempre fez parte das reclamações dos moradores, mas nunca foi atendido.

No ofício que enviaram ao governador Eurico Rezende, as comunidades pedem que seja prevista uma nova etapa no plano de extensão rural e urbana de energia elétrica, visando beneficiar aqueles bairros, principalmente por se tratar de uma população carente e de "baixíssima renda, fatalmente condenada a uma vida subumana até ser alcançada por estes benefícios".